

nesta edição

2

Brasil- UE: busca de novo ímpeto nas relações bilaterais

6

Conjuntura: saldos comerciais modestos em 2010

8

Agenda de Washington: Os EUA e o Comércio Seguro

Brasil-UE: busca de novo ímpeto nas relações bilaterais

A agenda das relações entre Brasil e União Europeia diversificou-se e sofisticou-se ao longo da última década, abrangendo novos temas que não apenas comércio e investimentos. Esta agenda está refletida na Parceria Estratégica Brasil-UE, iniciativa lançada em 2007, que inclui temas como desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas, energia, biodiversidade, tecnologias da informação e de comunicações, cooperação em política, segurança e em foros econômicos multilaterais, além das relações comerciais e de investimentos bilaterais.

A Parceria Estratégica Brasil-UE reflete as mudanças nas prioridades da agenda externa europeia nos últimos cinco anos, quando o bloco europeu passou a privilegiar as relações com as grandes potências emergentes. Como as negociações para a conclusão do Acordo de Associação Mercosul-UE encontravam-se paralisadas desde 2004, o lançamento da Parceria criou um novo canal para o diálogo bilateral estruturado.

Três eventos recentes atraíram as atenções para a análise das relações bilaterais: a retomada das negociações comerciais birregionais, anunciada no dia 17 de maio, na Cúpula de Madri; a realização da IV Cúpula Brasil-UE, no âmbito da Parceria Estratégica, em Brasília no dia 14 de julho; e a realização do IV Encontro Empresarial Brasil-União Europeia na mesma ocasião que a Cúpula Presidencial.

Página 2

Os EUA e o Comércio Seguro

Há quase uma década o Congresso dos Estados Unidos tem aprovado um conjunto de leis cuja finalidade é tornar o comércio exterior do país – e, em particular, suas importações – mais seguro. De forma diferente da tradicional retórica do comércio justo (*fair trade*), o comércio seguro (*safe trade*) não parece ser apenas uma justificativa para adoção de medidas para salvaguardar setores menos competitivos nos EUA. O objetivo dessas é assegurar que tanto as exportações quanto as importações não coloquem em risco a segurança nacional, a saúde do consumidor ou a segurança dos setores do agronegócio do país.

Página 8

UE-Mercosul: reunião do CNB confirmada em outubro

O Comitê Mercosul-UE de Negociações Biregionais (CNB) se reunirá novamente entre os dias 11 e 15 de outubro para dar prosseguimento as tratativas sobre o futuro acordo de livre comércio entre os dois blocos. Espera-se que essa reunião aprofunde os entendimentos sobre o arcabouço normativo do acordo em negociação.

Página 10

...

Brasil e México encerram fase de pré-negociação

Na última reunião entre os negociadores do Brasil e do México sobre o início das negociações visando um futuro acordo bilateral de livre comércio, os negociadores encerraram a etapa de troca de informações iniciadas em maio. Há perspectivas de se iniciar efetivamente o processo negociador sobre um acordo ainda neste ano.

Página 11

BRASIL-UNIÃO EUROPEIA: BUSCA DE NOVO ÍMPETO NAS RELAÇÕES BILATERAIS

A participação dos países da União Europeia no comércio exterior brasileiro perdeu importância relativa ao longo da última década, embora o bloco europeu, tomado em seu conjunto, ainda seja responsável por mais de 20% das exportações e das importações brasileiras.

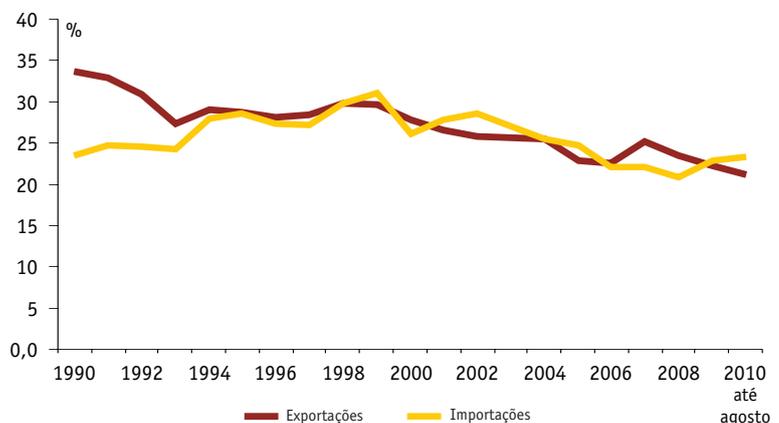
No início da década de 1990, os países da UE absorviam mais de 33% do total das vendas externas e eram a origem de 24% das importações brasileiras. A participação europeia como destino das exportações do Brasil teve trajetória decrescente ao longo das últimas duas décadas, situando-se atualmente em 22%, percentual muito semelhante ao observado para a participação do bloco europeu nas importações brasileiras.

Essa perda de participação relativa da Europa no comércio exterior brasileiro não deve elidir o fato de que o comércio bilateral continua muito relevante, tendo gerado superávits comerciais médios de US\$ 11,6 bilhões ao ano, no triênio 2006-2008, antes da crise econômica internacional.

O ano de 2009 foi particularmente negativo para o comércio bilateral, tendo registrado uma queda de 24% em relação a 2008, interrompendo uma trajetória de forte crescimento dos fluxos de comércio nos dois anos anteriores. Essa queda foi revertida no primeiro semestre de 2010, com crescimento expressivo de 34,6% nas importações brasileiras provenientes da UE, enquanto as exportações brasileiras para o bloco expandiram-se em 19,8%.

MERCADO RELEVANTE As vendas brasileiras para a União Europeia são predominantemente de produtos básicos e semimanufaturados, que juntos responderam por 61,5% das exportações totais em 2008. Ainda assim, o mercado europeu é muito relevante para os manufaturados brasileiros: no primeiro semestre de 2010 a UE absorveu 20,1% das exportações brasileiras desta categoria de produtos, enquanto o Mercosul foi responsável por 24,7% e os Estados Unidos por 13,4% do total.

Participação da UE nas Exportações e Importações Brasileiras



Fonte: Secex/MDIC

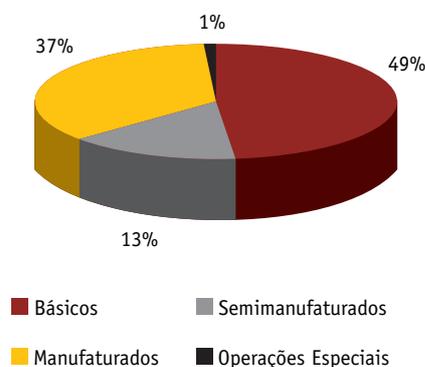
INVESTIMENTOS A crise também afetou duramente os investimentos europeus no Brasil. Após trajetória de forte crescimento no período 2006-2007 – quando os fluxos passaram de 8,7 para 18,3 bilhões de dólares – os fluxos de investimentos europeus no Brasil apresentaram queda de 90% em 2009, em relação ao patamar de 2008. De todo modo, os países-membros da União Europeia continuam sendo as principais fontes de ingresso de investimentos diretos no Brasil.

Por outro lado, no primeiro semestre de 2010 os investimentos diretos brasileiros no exterior superaram os investimentos de empresas estrangeiras no Brasil, embora os dois fluxos, tanto de entrada quanto de saída de capitais, venham apresentando expressivas taxas de crescimento. Cinco países europeus – França, Holanda, Portugal, Dinamarca e Espanha – estão entre os dez principais destinos dos investimentos brasileiros no exterior.

Embora os dados da balança comercial mostrem recuperação dos fluxos bilaterais de comércio em 2010, a tendência é que as importações brasileiras cresçam a taxas muito mais elevadas que as vendas do País para a UE. A adoção de políticas fiscais

relações bilaterais

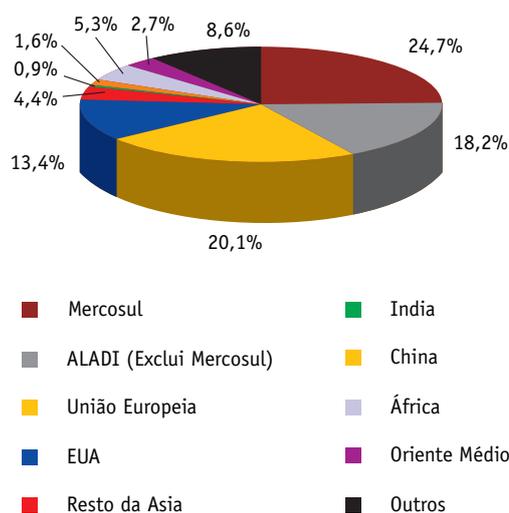
Exportações para UE por Fator Agregado 2010
(acumulado até Agosto)



Fonte: Secex/MDIC

restritivas pelas maiores economias europeias e a desvalorização do euro no primeiro semestre, combinadas à trajetória de crescimento econômico no Brasil, deverão manter esse descompasso nos fluxos comerciais.

Participação de Manufaturados nas Exportações Brasileiras (Jan/Jul 2010)
Principais Blocos



Fonte: Secex/MDIC

A RETOMADA DAS NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS ENTRE MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA

Em meio ao agravamento da crise econômica na Zona do Euro e a um ambiente internacional pouco propício a movimentos de liberalização, o anúncio do relançamento das negociações para um Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia não deixou de ser surpreendente. Após seis anos de paralisia, as autoridades máximas dos dois blocos anunciaram, em 17 de maio, o objetivo de concluir, sem demora, um acordo ambicioso e equilibrado entre as duas regiões.

Embora a possibilidade de retomada das negociações viesse sendo discutida desde o segundo semestre do ano passado e houvesse forte expectativa de que o anúncio seria concretizado na Reunião de Cúpula UE-Mercosul em Madri, a conjuntura internacional não autorizava otimismo. Essa percepção foi reforçada pela divulgação de uma carta, no início do mês de maio, assinada por dez países-membros da UE, liderados pela França, manifestando oposição ao relançamento das negociações com o argumento de que “esse movimento enviaria um sinal muito negativo para a agricultura europeia, que já enfrenta grandes desafios”.

Apesar das resistências dos países europeus com maior sensibilidade política para a questão agrícola, as exportações europeias para os países do Mercosul vinham crescendo a 15% ao ano no período anterior à eclosão da crise de 2008. Os investimentos europeus na região somam 165 bilhões de euros e superam os investimentos europeus na China, Índia e Rússia em conjunto. Essa argumentação foi utilizada pela própria Comissão Europeia, quando anunciou, no início de maio, sua disposição de retomar os entendimentos com o Mercosul.

RETOMADA Em um contexto de agravamento da situação econômica na Europa com crescente desvalorização do euro, a perspectiva de ganhar preferências comerciais nos mercados dos países do Mercosul, especialmente no mercado brasileiro, é bastante atraente para a indústria europeia. Além disso, o bom retorno que os investimentos diretos europeus no Brasil vêm produzindo tem contribuído, em muitos casos, para contrabalançar perdas no mercado europeu.

Isso ajuda a explicar o movimento feito pelo presidente da Comissão Europeia, apoiado em grande medida pelo primeiro-

● relações bilaterais

-ministro da Espanha, para empurrar o relançamento das negociações entre as duas regiões, enfrentando a resistência do grupo dos dez países produtores agrícolas para impulsionar o acordo com o Mercosul.

Do lado do Mercosul, contribuiu para a retomada das negociações a maior disposição da Presidência da Argentina, que parece estar em busca de melhorar suas relações com a comunidade econômica internacional, após uma série de medidas protecionistas. No Brasil, o reinício das negociações foi recebido com cautela. As perspectivas para a economia europeia não autorizam visões muito otimistas quanto ao crescimento das exportações brasileiras. Por outro lado, há crescente preocupação com o aumento das importações, gerando maior resistência a novos movimentos de abertura comercial.

EVOLUÇÃO RECENTE Após o anúncio da retomada das negociações, foi realizada a XVII Reunião do Comitê de Negociações

●

Embora a possibilidade de retomada das negociações viesse sendo discutida, a conjuntura internacional não autorizava otimismo

●

Birregionais (CNB), em Buenos Aires, entre os dias 28 de junho e 2 de julho. Esta reunião teve caráter preponderantemente organizacional. Os onze grupos de trabalho que estiveram paralisados neste período foram reconvidados, os pontos de partida para os entendimentos em cada tema das negociações definidos (Ver Quadro 1) e as áreas pendentes identificadas.

A próxima reunião do CNB será em Bruxelas, em 11 de outubro de 2010. De acordo com negociadores brasileiros, neste momento o foco das negociações é o marco normativo do acordo. Na área de comércio de bens, isto significa avançar nos entendimentos sobre regime de origem, salvaguardas, tratamento para subsídios à agricultura, normas técnicas e sanitárias e fitossanitárias e os cronogramas de desgravação tarifária. Não há, todavia, prazo definido para intercâmbio de listas de ofertas de liberalização de bens.

PARCERIA ESTRATÉGICA: ALTERNATIVA PARA IMPULSIONAR AS RELAÇÕES BILATERAIS?

A Parceria Estratégica Brasil-União Europeia, lançada em 2007, é parte do esforço europeu para estreitar o diálogo com as novas potências emergentes. Diante das dificuldades de concluir um acordo comercial entre o bloco europeu e o Mercosul, a Parceria representou um canal para o diálogo direto entre autoridades europeias e brasileiras em diversos campos, que vão das relações econômicas à cooperação tecnológica, questões ambientais e climáticas e temas da agenda política. Mas a Parceria não inclui negociações comerciais, que seguem no trilho birregional.

MULTILATERALISMO A Declaração Conjunta resultante da IV Cúpula Brasil-União Europeia mostra a diversidade de temas que estão na agenda bilateral. O reforço do multilateralismo e o compromisso com a conclusão da Rodada Doha, a aproximação de posições nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas, os esforços conjuntos para promover o uso de energias renováveis são alguns dos que mereceram destaque na Declaração.

No âmbito regional e bilateral, a Declaração chama atenção para a importância de manter o engajamento na promoção dos direitos humanos e na recuperação do Haiti, de aprofundar o diálogo sobre questões de migração e a cooperação para o combate ao crime, à corrupção e às drogas ilícitas. Há também menção às questões de segurança internacional, incluindo uma referência à Declaração Conjunta do Brasil, Irã e Turquia sobre o programa nuclear iraniano.

Nas questões bilaterais, ressaltam-se o acordo sobre vistos para estadias de curta duração, o estreitamento do diálogo sobre cooperação macroeconômica e em serviços financeiros e as iniciativas piloto de diálogo em política industrial e questões regulatórias em setores como têxteis e vestuário, produtos florestais, produtos siderúrgicos e minerais e metais não-ferrosos. Chamam também atenção a criação do Grupo de Trabalho sobre Tecnologias da Informação e Comunicação e as iniciativas conjuntas para pesquisas na área de segunda geração de biocombustíveis.

● relações bilaterais

IV FORO EMPRESARIAL BRASIL-UE: ESTRATÉGIAS DE COOPERAÇÃO E PROMOÇÃO DE NEGÓCIOS

Enquanto as autoridades buscam diversificar a agenda de cooperação bilateral, incluindo novos temas, em diversas áreas, os empresários centraram a agenda de trabalho do IV Encontro Empresarial Brasil-UE em temas estreitamente relacionados ao ambiente de negócios e às oportunidades de cooperação empresarial.

Na área de negociações comerciais, a Declaração Conjunta dos empresários chama a atenção para a necessidade de concluir um acordo birregional de livre comércio, sem sacrificar os objetivos de ambição e equilíbrio. Nas negociações multilaterais, conclamam os governos a conferir prioridade para a conclusão da Rodada Doha em 2011, mas dão destaque à necessidade de que os dois lados comprometam-se com a manutenção de um sistema de comércio mundial aberto sob regras multilaterais.

Outro tema que mereceu a atenção dos empresários foram as barreiras regulatórias que tendem a configurar barreiras ao comércio e aos investimentos. A preocupação com as pesadas exigências da legislação europeia como o REACH (regulação para produtos químicos) ou padrões sanitários e fitossanitários dificulta o comércio e é considerada obstáculo relevante às exportações brasileiras para o bloco europeu. Para estimular os fluxos de investimentos diretos, os empresários reiteram a necessidade de aperfeiçoamento no ambiente regulatório e tributário.

As questões tributárias têm merecido especial atenção. Em junho de 2010 foi instalado o Conselho Brasil-UE de Investimentos e Tributos, que já identificou uma série de obstáculos que afetam negativamente os investimentos bilaterais e, em particular, aqueles dirigidos ao Brasil. Seis questões foram identificadas como prioridades para este Conselho são:

- questões sobre cálculo dos preços de transferência;
- a carga tributária sobre os serviços e a transferência de tecnologia;
- encargos indiretos sobre a produção;
- complexidade e burocracia do sistema tributário; e
- compensações de impostos sobre royalties.

Por fim, a declaração empresarial dedicou importante espaço à cooperação em questões energéticas e de mudanças climáticas. Os empresários esperam que as autoridades brasileiras e europeias trabalhem em conjunto em busca de um acordo internacional abrangente e equilibrado.

Ainda nessa área, o documento chama a atenção sobre os investimentos necessários para a transição para uma economia de baixo carbono que demandam ambientes regulatórios favoráveis ao desenvolvimento de tecnologias limpas, regimes adequados de proteção aos direitos de propriedade intelectual e sistemas tributários e de financiamento estáveis e previsíveis.

Os empresários rechaçam a adoção de medidas comerciais de fronteira que possam produzir efeitos negativos sobre os fluxos de comércio e esperam que as políticas locais de incentivo à contenção de emissões de gases de efeito estufa levem em consideração os acordos multilaterais na área de subsídios.

A União Europeia permanece como parceiro essencial do Brasil tanto no campo econômico quanto no campo político. Na área comercial, a retomada das negociações para um acordo de livre-comércio entre Mercosul e União Europeia não autoriza muito otimismo, uma vez que as conjunturas econômicas e políticas dos dois lados não são propícias a movimentos relevantes de liberalização comercial.

Por outro lado, as diversas iniciativas relacionadas à Parceria Estratégica Brasil-União Europeia parecem ganhar ímpeto e atrair crescente interesse. Elas abrem novas avenidas para a cooperação bilateral e permitem avançar nos entendimentos e na cooperação em áreas relevantes para as relações econômicas bilaterais, ainda que não resultem em um acordo de livre-comércio.

conjuntura

Saldo Comercial

O superávit acumulado na balança comercial no primeiro semestre de 2010 foi de US\$ 7,9 bilhões – que representou apenas 57% do saldo registrado no primeiro semestre do ano passado, de US\$ 13,9 bilhões. Com exceção dos meses de janeiro e maio, os demais apresentaram saldos inferiores aos observados em igual período de 2008 e 2009. A redução dos superávits comerciais acumulados pelo Brasil em 2010 é consequência da aceleração da do crescimento das importações, que vêm aumentando em ritmo bastante superior ao verificado nas exportações. Essa evolução deverá consolidar a tendência de redução do superávit comercial em 2010, que deverá fechar o ano em cerca de metade do valor acumulado em 2009.

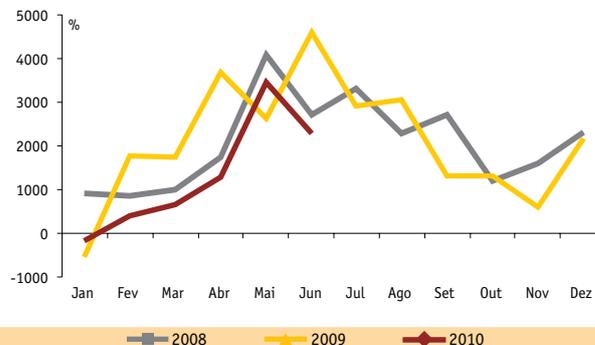
Exportações e Importações

Observa-se uma forte aceleração no ritmo de crescimento das importações brasileiras no período recente. Enquanto a taxa de crescimento acumulado nos doze meses até junho em relação aos doze meses anteriores foi de apenas 2%, a variação do valor acumulado no primeiro semestre de 2010 foi de 45,1% e no mês de junho de 50,2%, comparando com iguais períodos de 2009. Já as exportações vêm apresentando dinâmica diferente: nos últimos doze meses ainda apresentam taxa de variação negativa de 2,8%; no primeiro semestre de 2010 cresceram 27,5% em relação ao mesmo período de 2009 e em junho apenas 18,1%, com nítida tendência de desaceleração.

Preços e Volume das Exportações

A taxa de variação ainda negativa das exportações brasileiras acumulada nos doze meses até junho em relação a igual período anterior é explicada principalmente pela dinâmica das quantidades vendidas. No primeiro semestre, a taxa de variação em relação ao mesmo período de 2009 já foi positiva em 6,3%, embora no último mês de junho as quantidades exportadas tenham sido ligeiramente inferiores às observadas no mesmo mês do ano passado. Por outro lado, os preços têm apresentado recuperação mais firme ao longo de 2010. Embora em doze meses a taxa de variação ainda seja negativa em -0,5%, no primeiro semestre o crescimento já é de 17,6% e no mês de junho de 19,6% em relação a igual período de 2009.

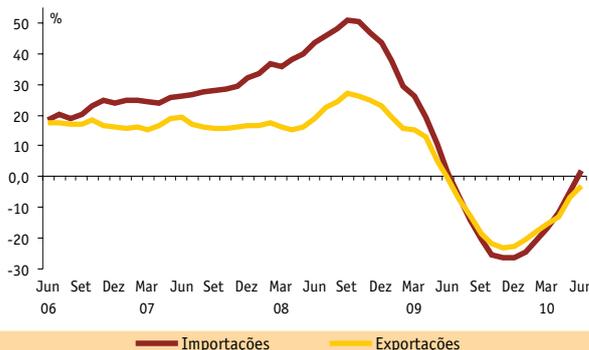
SALDO COMERCIAL
VALORES MENSAIS- US\$ FOB



Fonte: FUNCEX

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS

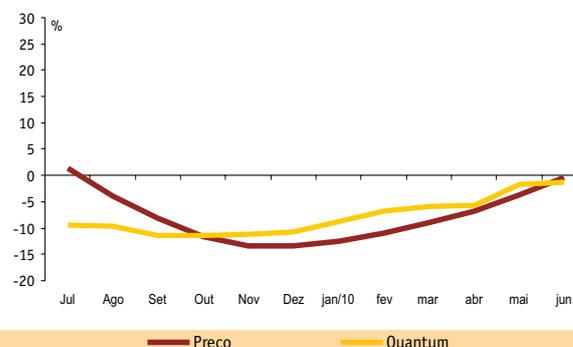
Taxa de crescimento do acumulado em 12 meses com relação ao mesmo mês do ano anterior



Fonte: FUNCEX

PREÇO E QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Taxa de crescimento do acumulado em 12 meses com relação ao mesmo mês do ano anterior



Fonte: FUNCEX

conjuntura

Exportações brasileiras por blocos de destino

As exportações brasileiras para a Argentina apresentaram forte elevação no primeiro semestre de 2010, com uma taxa de variação de 56,8% em relação ao mesmo período do ano passado. O desempenho da Argentina vem permitindo a recuperação da participação do Mercosul na pauta brasileira, tendo aumentado dois pontos percentuais nesse período. As vendas para a Europa Oriental e para os demais países da América Latina também vêm apresentando taxas de crescimento expressivas. Por outro lado, chama atenção a desaceleração das vendas para a China, que até recentemente eram um dos principais motores do crescimento das exportações brasileiras.

Exportações e importações por grupos de produtos

No primeiro semestre de 2010 todas as categorias de produtos apresentaram crescimento no valor exportado, mas os básicos e semimanufaturados cresceram relativamente mais do que os manufaturados, resultando em uma redução na participação desta categoria. Do lado das importações, destaca-se a categoria de bens de consumo duráveis, cujo valor aumentou 69,5% no primeiro semestre. Embora ainda tenha participação relativamente pequena na pauta de importações (9,7%), esta categoria vem apresentando elevadas taxas de crescimento no primeiro semestre, superando todas as demais. As compras externas de matérias-primas e produtos intermediários também se expandiram a taxas expressivas neste período.

Taxa de câmbio real

O indicador de taxa de câmbio real efetiva – que leva em consideração uma cesta de moedas dos 13 principais parceiros comerciais do Brasil – registrou em junho seu nível mais baixo nos dois últimos anos. Após a forte desvalorização da moeda brasileira a partir da crise financeira internacional de 2008 até fevereiro de 2009, o indicador de taxa de câmbio real passou por um longo período de apreciação. Essa tendência foi ligeiramente revertida no final do ano passado e início deste ano, mas a partir de fevereiro o processo de apreciação foi retomado.

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA

Principais blocos econômicos Janeiro/junho - 2010/2009 - US\$ milhões FOB

Blocos	janeiro - junho		Var. (%) 2010/09 p/média diária	Part %	
	2010	2009		2010	2009
União Européia	19.281	15.990	19,6	21,6	22,9
Aladi	21.330	14.531	45,6	23,9	20,8
- Mercosul	9.697	6.196	55,2	10,9	8,9
- Argentina	7.812	4.941	56,8	8,8	7,1
- Demais Aladi	11.633	8.335	38,4	13,0	11,9
Ásia	24.386	19.599	23,4	27,3	28,0
- China	13.467	11.326	17,9	15,1	16,2
EUA ¹	9.012	7.307	22,3	10,1	10,4
África	3.813	4.177	-9,5	4,3	6,0
Oriente Médio	4.229	3.336	25,7	4,7	4,8
Europa Oriental	2.419	1.618	48,3	2,7	2,3
Demais	4.717	3.393	37,9	5,3	4,9
Total	89.187	69.951	26,5	100,0	100,0

Fonte: MDIC/Secex - (1) Inclui Porto Rico

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES

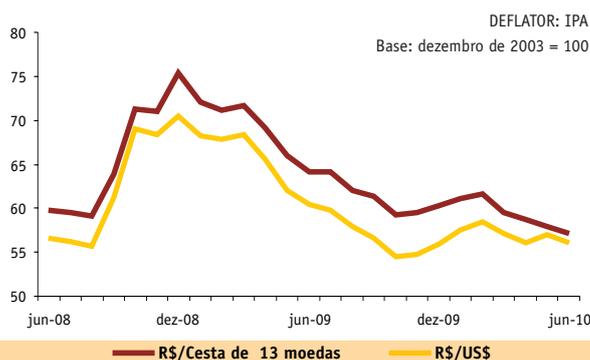
Fator agregado

Discriminação	janeiro-junho/2010		janeiro-junho/2009		Var. (%)*
	Valor (A)	Part.%	Valor (B)	Part.%	
Exportações	89.187	100,0	69.951	100,0	26,5
Básicos	38.686	43,4	29.388	42,0	30,6
Industrializados	48.513	54,4	39.141	56,0	22,9
Semimanufaturados	12.374	13,9	8.841	12,6	38,8
Manufaturados	36.139	40,5	30.300	43,3	18,3
Operações especiais	1.988	2,2	1.422	2,0	38,7
Importações	81.309	100,0	56.044	100,0	43,9
Mat. prima e prod. interm.	38.055	46,8	25.888	46,2	45,8
Comb. e lubrificantes	11.733	14,4	7.055	12,6	65,0
Bens de capital	17.705	21,8	13.927	24,9	26,1
Bens de consumo	13.816	17,0	9.174	16,4	49,4
Não-duráveis	5.894	7,2	4.538	8,1	28,8
Duráveis	7.922	9,7	4.636	8,3	69,5

* Variação pela média diária. Fonte: MDIC/Secex

ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO REAL

CESTA DE 13 MOEDAS e ESTADOS UNIDOS



Fonte: FUNCEX

● agenda de Washington

OS EUA E O COMÉRCIO SEGURO

Leis cuja finalidade é tornar o comércio exterior do país – e, em particular, suas importações – mais seguro não são novidade. O uso de normas técnicas e de medidas sanitárias e fitossanitárias para proteção à vida e à saúde humana, animal e vegetal é antigo. Sua primeira tentativa de regulamentação internacional, por exemplo, foi o Código de Padrões (Standards Code), negociado durante a Rodada Tóquio (1973-79) do antigo Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT).

LEIS JÁ EM VIGOR

Durante a última década, o Congresso dos Estados Unidos aprovou leis significativas com foco particular na segurança nacional e, em especial, na segurança de portos, aeroportos e outros pontos de entrada de mercadorias no território

Nos EUA, desde o início da Administração Bush o Congresso tem demonstrado maior ativismo nessa área. Em grande medida, esse fenômeno é resultado da crescente percepção da vulnerabilidade do país resultante dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e da crescente ansiedade da população em relação à integração da economia norte-americana à economia mundial.

norte-americano. Em paralelo, iniciou o debate sobre novos mecanismos de proteção ao consumidor, seja na área de qualidade de alimentos (*food safety*), seja na de bens de consumo (*import safety*).

APROVAÇÃO	LEI	ÁREA
2002	<i>Public Health Security and Bioterrorism Preparedness and Response Act of 2002 (Bioterrorism Act)</i>	Segurança Nacional e Proteção ao Consumidor
2002	<i>Maritime Transportation Security Act of 2002 (MTSA)</i>	Segurança Nacional
2002	<i>Country-of-Origin Labeling for Food (COOL)</i>	Proteção ao Consumidor
2006	<i>Security and Accountability for Every Port Act of 2006 (SAFE Port Act)</i>	Segurança Nacional
2008	<i>Consumer Product Safety Improvement Act of 2008 (CPSIA)</i>	Proteção ao Consumidor
2008	<i>Country-of-Origin Labeling for Food (COOL)</i>	Proteção ao Consumidor
2009	<i>Formaldehyde Standards for Composite Wood Products Act</i>	Proteção ao Consumidor

PROJETOS DE LEI EM DEBATE NO CONGRESSO

O debate sobre novas leis que tornem o comércio mais seguro foi intensificado pela vitória do Partido Democrata nas eleições legislativas de 2006, que resultou no controle da Câmara dos Representantes e do Senado. Com a eleição do Presidente Barack Obama, em 2008, e a crise econômica de 2008-2009, esse movimento foi aprofundado.

Hoje, há dezenas de projetos de lei de autoria de membros do Partido Democrata (alguns, inclusive, com apoio de membros do Partido Republicano) que ampliam o escopo de leis já existentes de forma a expandir a ação regulatória de agências federais, sobretudo nas áreas de proteção ao consumidor e segurança a setores do agronegócio.

De modo geral, o objetivo é reformar duas das principais agências regulatórias do país: a Administração de Alimentos e Medicamentos (FDA) e a Agência de Proteção Ambiental (EPA). Além disso, há, também, disposição em ampliar o poder de ação de agências secundárias que atuam como anuentes no comércio exterior norte-americano, como é o caso da Administração Nacional de Segurança de Tráfego Rodoviário (NHTSA), responsável por regras relacionadas a produtos voltados à segurança dos motoristas. Em contraste com as leis aprovadas na década de 2000, cujo foco era segurança nacional, os projetos de lei recentes tendem a dar maior prioridade à proteção do consumidor, aspecto importante da agenda pública do Partido Democrata.

● agenda de Washington

PROJETO DE LEI	OBJETIVO
<i>Ban Poisonous Additives Act of 2009</i>	Banir a importação e o uso de Bisphenol A em produtos de consumo, como plástico para embalagem de alimentos e contêineres para crianças.
<i>FDA Food Safety Modernization Act of 2009 e Food Safety Enhancement Act of 2009</i>	Reformar a FDA para ampliar a regulação do setor de alimentos e medicamentos, inclusive com exigências adicionais de rastreabilidade.
<i>Foreign Manufacturers Legal Accountability Act of 2010</i>	Permitir que exportadores sejam processados em cortes estaduais e federais dos Estados Unidos.
<i>Maritime Transportation Security Act of 2010</i>	Expandir e reformar os mecanismos de leis anteriores relativos à segurança de portos e de transporte marítimo de carga.
<i>Toxic Chemicals Safety Act of 2010</i>	Ampliar os poderes da EPA para regular o setor químico, inclusive o uso de produtos químicos importados.
<i>Country-of-Origin Labeling for Food (COOL)</i>	Proteção ao Consumidor
<i>Formaldehyde Standards for Composite Wood Products Act</i>	Proteção ao Consumidor

O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

No âmbito internacional, os dois principais acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC) a regulamentarem a adoção de leis desse tipo são o Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT) e o Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS). Além deles, o próprio GATT contém dispositivos relacionados à não discriminação entre produtos domésticos e estrangeiros, que são, também, aplicáveis à legislação dessa natureza.

No entanto, certos aspectos das novas leis aprovadas pelo Congresso dos Estados Unidos ou sua implementação não estão claramente cobertos pelos acordos multilaterais de comércio.

Desse modo, há considerável potencial para que tais medidas sirvam de “válvula de escape” para a pressão protecionista exercida por setores do agronegócio e da indústria norte-americana.

As normas sobre rotulagem de alimentos (COOL), por exemplo, já são alvo de disputas no âmbito do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) entre os Estados Unidos, de um lado, e o Canadá e o México, de outro. Essas normas foram reunidas em um único Painel, que avaliará a consistência das medidas norte-americanas com as regras da OMC.

IMPACTO PARA A INDÚSTRIA BRASILEIRA

De modo geral, essas medidas tendem a restringir o acesso ao mercado dos Estados Unidos, sobretudo pelo potencial de discriminação contra produtos estrangeiros. No entanto, devido ao seu caráter não-tarifário, tais obstáculos são de difícil identificação e, principalmente, de difícil mensuração em termos de impactos econômicos negativos para os produtores e exportadores do País. Para tanto, avaliações setoriais são necessárias para identificar as reais implicações dessas medidas para a indústria brasileira.

Essas leis apontam para uma nova tendência na política comercial norte-americana que, certamente, terá reflexo na posição negociadora do país tanto na OMC como em negociações de caráter regional ou bilateral. Desse modo, é preciso que a indústria brasileira avalie, a médio e longo prazos, o custo-benefício de combater ou de eventualmente adequar-se a tais normas. Nesse último caso, inclusive pela adoção de medidas equivalentes no Brasil.

Diego Z. Bonomo – Diretor Executivo da Brazil Industries Coalition (BIC), entidade de representação de empresas e associações empresariais brasileiras nos Estados Unidos.

A seção “Agenda de Washington” é elaborada pelo Brazil Industries Coalition (BIC) e publicada em parceria com a CNI no informativo Integração Internacional.

● agenda de negociações

MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

O Comitê de Negociações Birregionais (CNB) se reuniu em Buenos Aires entre 29 de junho e 2 julho na primeira rodada formal de trabalho após o anúncio do relançamento das negociações em maio. Os representantes de ambos os blocos trocaram posições sobre os textos do acordo que estavam em discussão em 2004, quando as negociações foram suspensas, e definiram uma série de ações e prazos para dar continuidade às negociações sobre os principais temas do acordo, conforme quadro abaixo. A próxima reunião do CNB ocorrerá entre os dias 11 e 15 de outubro em Bruxelas.

PRINCIPAIS DECISÕES DO XVII COMITÊ DE NEGOCIAÇÕES BIRREGIONAIS

Tema	Tarefa/Método de trabalho	Prazo	Documento de referência
Picos tarifários e subsídios	<i>MERCOSUL apresentou propostas para substituir artigos sobre: picos tarifários, subsídios às exportações e medidas de ajuda interna. UE avaliará novo enfoque para os cronogramas de desgravação. Propostas devem ser trocadas no prazo indicado.</i>	Até 3 semanas antes da próxima reunião do CNB	Draft consolidated Chapter on Goods: market access elements (300 CNB/MS/UE/02.07.2010 XVII)
Regras de origem	<i>- Texto de 2004 será para a negociação, mas foram identificadas as disposições de interesse de cada parte a serem mudadas. Novas propostas sobre esses pontos devem ser trocadas. - Requisitos específicos de origem – a UE apresentará propostas de simplificação e indicou os setores respectivos. MERCOSUL apresentará propostas pendentes e analisará necessidade de revisão de posições indicadas no passado.</i>	Antes do fim de julho	Technical Talks/MS-EU/TG-1/21/17.09.04 -Technical Talks/MS-EU/TG-1/SROO/02.07.10
Normas, regulamentos técnicos e avaliação de conformidade	<i>A UE solicitou um levantamento dos acordos celebrados no MERCOSUL de reconhecimento/equivalência. MERCOSUL manifestou preocupação com o aumento das exigências de normas para produtos comercializados dentro da UE.</i>	Sem previsão de data	XII CNB/MS-EU/TG-1/25/12-03-04 versão final
Medidas sanitárias e fitossanitárias	<i>O MERCOSUL apresentou nova proposta. A UE manteve sua posição em reserva, pois considerou que a proposta não reflete as expectativas de integração regional.</i>	Setembro de 2010	Não há novo documento oficial
Propriedade Intelectual/Indicações geográficas	<i>A UE enviará "documento de posição" e o MERCOSUL enviará sua opinião.</i>	Antes do próximo CNB	
Direitos anti dumping e medidas compensatórias	<i>MERCOSUL enviará texto revisado, enquanto a UE enviará proposta sobre fatos essenciais referentes às determinações provisórias e finais.</i>	15 de agosto	Texto de 2004 apresentado pela UE
Salvaguardas	<i>Tal como em 2004, a UE deseja discutir somente salvaguardas gerais enquanto o MERCOSUL quer examinar também um mecanismo bilateral de salvaguardas. A UE quer vincular esse tema ao avanço das discussões sobre acesso a mercados.</i>	Sem previsão de datas	
Serviços e investimentos	<i>Intercâmbio de propostas de emendas e sobre os temas pendentes até julho. Sobre as ofertas, as partes acordaram tomar como base as de setembro de 2004, mas deverão considerar também as revisões feitas em 2005. Em relação ao modo de estabelecimento, a base será o XIV CNB. Deve haver consistência entre os capítulos de serviços e de estabelecimento.</i>	30/7/2010 para textos e duas semanas antes do próximo CNB para pedidos de melhoras das ofertas	XVI CNB/EU/TG-2/133/02.09.04 XIV CNB/MS-EU/TG-2/40/08.07.04
Compras públicas	<i>Houve acordo no sentido de que o capítulo deve incluir transparência, acesso e tratamento especial e diferenciado. A UE enviará novo texto inspirado nas disciplinas do GPA da OMC e nos seus acordos de livre comércio.</i>	Julho e setembro de 2010	Os textos trocados até 2004 serão abandonados.

Fonte: Elaborado pela CNI com informações coletadas sobre a última reunião do CNB, ocorrida em julho de 2010.

● agenda de negociações

SISTEMA GLOBAL DE PREFERÊNCIAS COMERCIAIS (SGPC)

As negociações da Rodada São Paulo para aprofundamento das preferências do SGPC prosseguiram com a apresentação de listas de ofertas. O acordo em discussão engloba 22 dos 77 países signatários do SGPC, incluindo Índia, México, África do Sul e Coreia.

Coreia do sul, Cuba, Egito, Índia, Malásia e Marrocos bem como o MERCOSUL já apresentaram suas listas de oferta. A CEB fez consultas ao setor privado brasileiro e participou da consolidação junto ao governo da oferta do MERCOSUL. Do universo tarifário do Mercosul, 3.465 linhas foram excetuadas da oferta apresentada na Rodada São Paulo. Para os produtos não excetuados (6.367 itens), foi oferecida preferência de 20% sobre a tarifa aplicada do bloco.

Como apresentada hoje, a lista de exceções apresentadas pelo Mercosul ultrapassa em cerca de 5% o número de linhas tarifárias permitidas para exclusão das preferências. A CNI está conduzindo consultas à CEB em relação às listas apresentadas pelo Mercosul e pelos demais países que aceitaram participar da Rodada São Paulo.

Entre os dias 15 e 17 de setembro, representantes das partes se reúnem em Genebra para prosseguir com as negociações.

MERCOSUL-EGITO

No dia 2 de agosto, foi assinado o Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Egito ao fim da quinta rodada negociadora. O acordo substitui o antigo Acordo Quadro MERCOSUL-Egito (2004) que visava à negociação de preferências fixas.

O ALC MERCOSUL-Egito determina abertura do mercado bilateral de bens, embora contenha cláusula para a evolução do acordo com acesso em serviços e investimentos. O cronograma de desgravação tarifária possui cinco cestas de desgravação: imediata (A), em 4 anos (B), em 8 anos (C), em 10 anos (D) e a ser definido pelo comitê conjunto (E).

Quase 75% do valor das importações brasileiras oriundas do Egito (US\$88 milhões em 2009) foram ofertadas na cesta A e 17% na cesta B. Na oferta do Egito ao Brasil, 48,3% do valor das exportações brasileiras (US\$1,44 bilhão em 2009) foram ofertadas pelo Egito na cesta A e 43,7% da cesta C.

O Acordo MERCOSUL-Egito só entrará em vigência 30 dias após a aprovação legislativa e internalização das partes signatárias.

BRASIL-MÉXICO

Brasil e México prosseguem discussões sobre processo negociador visando à assinatura de um acordo estratégico de integração, que configuraria um acordo bilateral de livre comércio. Em reuniões ocorridas em abril e maio foram definidos os termos de referência do futuro acordo e um cronograma para o prosseguimento das negociações.

É esperado que o acordo Brasil-México seja amplo e inclua temas como serviços, investimentos, propriedade intelectual e compras governamentais, além da liberalização de produtos agrícolas e não agrícolas.

Na semana de 30 de agosto, negociadores brasileiros e mexicanos se reuniram e trocaram posições sobre os temas centrais do acordo, como acesso a mercados de bens e serviços, investimentos e propriedade intelectual.

A fase de pré-negociação é considerada encerrada. O Ministério das Relações Exteriores aguarda decisão de alto nível sobre o início do processo negociador. Segundo o Itamaraty, o governo mexicano demonstrou-se empenhado em iniciar um processo negociador de fato ainda esse ano. A próxima reunião dos negociadores está prevista para ocorrer até a primeira quinzena de novembro de 2010.

● agenda de negociações

MERCOSUL-JORDÂNIA

Iniciadas em julho de 2008 com a aprovação de um Acordo-Quadro entre as partes, as negociações para a aprovação de um Acordo de Livre Comércio com a Jordânia caminham em direção à conclusão.

A segunda rodada negociadora, ocorrida em Buenos Aires, nos dias 15 e 16 de Abril de 2010, determinou as bases para os textos do Acordo e permitiu o início das consultas internas sobre listas de ofertas e requisitos específicos de origem. O acordo segue o modelo usual utilizado pelo Mercosul nas demais negociações, abrangendo todo universo tarifário e adotando cronograma de desgravação tarifária em quatro cestas: desgravação imediata (A), em quatro anos (B), em oito anos (C) e em dez anos (D).

Está prevista ainda uma terceira rodada entre os dias 19 e 21 de setembro de 2010, na cidade de Amã. O objetivo do governo jordaniano é de concluir as negociações até o fim da presidência pró-tempore brasileira no Mercosul, ao final de 2010.

● lembretes

Entre os dias 27 e 30 de setembro, o Conselho Empresarial Brasil Estados Unidos, secretariado pela Confederação Nacional da Indústria - CNI realizará a Missão de Promoção do Relacionamento Econômico. Serão realizados diversos encontros com membros do poder executivo, do legislativo, além de organizações de pesquisa nos EUA.

O objetivo da missão é discutir assuntos da agenda bilateral que são de interesse do setor privado brasileiro. Entre eles merece destaque o projeto de lei em tramitação nos EUA que requer o estabelecimento de um representante legal nos EUA para de todas as empresas exportadoras (Foreign Manufacturers Legal Accountability Act – FMLAA), a redução das tarifas do etanol brasileiro, o cumprimento do acordo sobre os subsídios do algodão, a manutenção do Sistema Geral de Preferências, o incremento da cooperação em regulação sanitária e outros.

A missão será composta por diversas entidades empresariais brasileiras, entre elas a CNI, CNC, FIESP, a AMCHAM, BRACELPA, ABIPECS, PROCOMEX, UNICA e outras.

**CNI lidera delegação
do setor privado em
missão aos EUA**